

## Timor nas rotas de trocas comerciais desde século XII até finais do século XIX

Vicente Paulino

*Professor Convidado e Director da Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento do Programa de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Nacional Timor Lorosa'e vicentepaulino123@gmail.com*

### Prólogo

Timor, quer dizer em língua malaio “Timur” que significa leste (cf. Otero, 2008), este nome foi dado pela certa modalidade de dizer “magia” que aparece por certas indicações luminosas, magia de um sol fascinante que vem do oriente ilumina a terra desconhecida e aí dando-lhe nome Timor – ilha de típica beleza. Uma ilha dividida em duas partes, Oeste conhecido por *Nusa Tenggara Timur* que pertence a actual República Indonésia e o Oriente é a actual República Democrática de Timor-Leste.

Mapa português da ilha de Timor (1731)<sup>1</sup>



Compreende-se que através do mapa, a ilha de Timor está num ponto intermediário entre a Insulíndia e a Australásia, com característica própria, tanto no aspecto de ilha e suas respectivas faunas e floras, bem como no aspecto de suas vidas com suas respectivas práticas culturais que definem a sua própria identidade cultural e territorial.

A história de Timor foi feita, antes de tudo, com a descrição oral narrada pelos seus habitantes de geração a geração e, com o recurso a documentos escritos começou apenas com a chegada dos portugueses. Sendo assim, já havia escrito na documentação chinesa e malaia. É uma ilha atraída pelos povos letrados com interesse de explorar o comércio do sândalo, foi assim que deixaram alguns testemunhos escritos, há entre o período pré-

---

1. Antônio E. Brito Freire - [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart512324/cart512324.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart512324/cart512324.jpg) (acesso a 16/6/2017).

-histórico e o histórico uma zona de penumbra ou período proto-histórico, que se estende do século XIII ao XVI. O sândalo, que só se dá em climas com uma estação seca bem marcada, é espontâneo nas ilhas da Pequena Sonda, abundando sobretudo em Timor e em Sumba. Embora, o seu cultivo tivesse sido introduzido no sul da Índia nos primeiros séculos da nossa era, continuava a ser Timor o seu principal produtor, e isso atraiu para a ilha as atenções do comércio internacional, como sucedeu também em Maluco devido ao cravo e em Banda graças à noz-moscada. É na literatura chinesa, onde o sândalo tinha enorme procura, que ocorrem as mais antigas e mais extensas alusões a Timor, como explicitou Roderich Ptak.

Nestes pressupostos, pretende-se percorrer a história de Timor no mapeamento de rotas e trocas comerciais que se desenvolveu com outros povos desde do século XII até finais do século XVIII. Trata-se de uma comunicação que procura apresentar o mapa da viagem dos chineses em Timor e quais são os seus interesses principais para explorar este território, não podendo deixar de abordar as trocas feitas pela navegação liderada pelo António Pigaffeta em troca de necessidades básicas na praia de Timor. Pensando em apresentar as trocas comerciais feitas entre reinos de Timor com mercantis macaques da ilha de Celebes por via Solor. É necessário reconhecer também as rotas percorridas pelos britânicos de William Dampier e Alfred Wallace, este último ficou em Díli por alguns tempos. E, por fim, a relação de Timor com a Goa e Macau nas rotas de administração territorial.

### **1. Timor nas rotas do século XII: antes e depois do desembarque dos portugueses na ilha**

Quando se aborda a história de Timor e o processo de evolução do povo deste território, não pode ignorar “a sua existência sustentada pelas narrativas orais de carácter lendárias, porque há um tipo particular de grau social dos timorenses alimentados pelas características distintas e de oposições de estilos de vida; utilizando a honra e o prestígio, segundo o sistema de divisões sociais verticais, que se estabelecem nas narrativas lendárias fundacionais de Timor” (Paulino, 2012:34).

De acordo com fontes antropológicas, um pequeno grupo de caçadores e agricultores já habitava a ilha de Timor por volta de 12000 a.C. Fontes mais recentes indicam que a abundância de madeira de sândalo – madeira nobre utilizada na fabricação de móveis de luxo e na perfumaria –, mel e cera de abelhas na ilha, atraiu a atenção esporádica de comerciantes da China a partir do século VII e a sua constatação chegou ao elevado nível quando os mercadores chineses intensificaram a sua rota de comércio na região Sunda Menor do arquipélago malaio nos séculos XII e XIII a procura do sândalo.

Os primeiros registos históricos sobre a ilha dizem respeito aos documentos produzidos por navegadores chineses, no ano de 1225. Um inspector chinês do comércio externo, *Chau-u-Kua*, afirma que “Timor era um local rico em sândalo” (Sousa, 2010:9).

A formação do comércio local esteve na origem de casamentos com famílias reais locais, contribuindo para a diversidade étnico-cultural. Por volta do século XIV, os habi-

tantes de Timor pagavam tributo ao reino de Java, e foi justamente o sândalo que atraiu os europeus para essa ilha; isto significa que “portugueses nas rotas marítimas em busca dos tesouros” (Paulino, 2015:15) foram obrigados a cumprir a ordem de “chamamento do rei” para dar solução sobre os problemas, como escassa produção agrícola que trouxe a fome a grande parte da população europeia e a decadência económica da nobreza e da família real.

A partir do início do século XV, Portugal começou a fazer experiência de levar as suas caravelas lusitana a entrar no vasto oceano Atlântico que, desde sempre, banhara suas costas, e deu início a um empreendimento marítimo, de carácter estatal-privado<sup>2</sup>, cujos alcances foram cada vez mais amplos.

Portugal deu início, nos primórdios do século XV, ao processo dos Descobrimentos, no esforço de maior penetração no mar Atlântico, em busca de continentes e terras ignotas. A ânsia de desvendar os mistérios do oceano esteve decerto na origem das viagens então realizadas, no prosseguimento e tentativas sobre as quais tudo se desconhece. (Serrão, 1994:55).

A evolução do desenvolvimento técnico no campo de navegação marítima se desenvolveu já desde séculos antes da era de Cristo. Ou seja, as rotas de expansão marítima e de comerciais se começou com a “política imperial” grego-romano, ocupando o Mar Mediterrâneo que liga a África, Médio Oriente e até Ásia Menor.

Os séculos depois de Cristo, as rotas de trocas comerciais por via marítima se estendeu até outros povos de outras nações, como Espanha e Portugal. Quanto este último cronologicamente se estende por vários séculos e sua geografia é por demais conhecida: entre tantos outros, Madeira, Canárias, Açores, Cabo Branco, Cabo Verde, Cabo Bojador, Cabo da Boa Esperança, Índia, Brasil, Timor, Molucas, China, Japão. Foram locais onde aportaram, pela primeira vez, as caravelas dos portugueses. Tratava-se de uma era “expansão atlântica de Portugal” que construía o “espírito civilizador português” no além-mar (Peres, 1951:9), multiplicando o corpo e a alma de “estranhos povos” de outras paragens do mundo na fé cristã.

De facto, as rotas de expansão marítima que Portugal fez no início do século XV,

Não se trata apenas de abordar as rotas comerciais em si, as quais permitiram fazer chegar à Europa as desejadas especiarias e mercadorias tropicais - entre tantas outras, o sândalo, o açúcar, o cacau e o azeite de baleia – o que, no entanto, é o ponto de partida dos diversos artigos. Trata-se também de revelar o trânsito nessas rotas para além das mercadorias comercializadas como o de pessoas, de objectos,

---

2. Pois, o interesse de Portugal se tornar aventureiro e primeiro país europeu fez uma navegação ariscada pelo mar, não era propriamente por uma necessidade, mas pelo poder, pela conquista e adquirir os recursos primários que se chama “riquezas exóticas” de certos valores, e com isso para alimentar a sobrevivência e continuidade do Estado Português reinado pelo poder monárquico de então. Além disso, devido ao tamanho de territorialidade do país, muitos produtos alimentícios, minérios entre outros, eram escassos. Por isso que Portugal dependia muito do comércio estabelecido com os reinos hispânicos e até mesmo os mouros e árabes, além de outras nações amigas, como Inglaterra, França e Holanda, para dar resposta a essa falta de recursos no desenvolvimento territorial, político e económico.

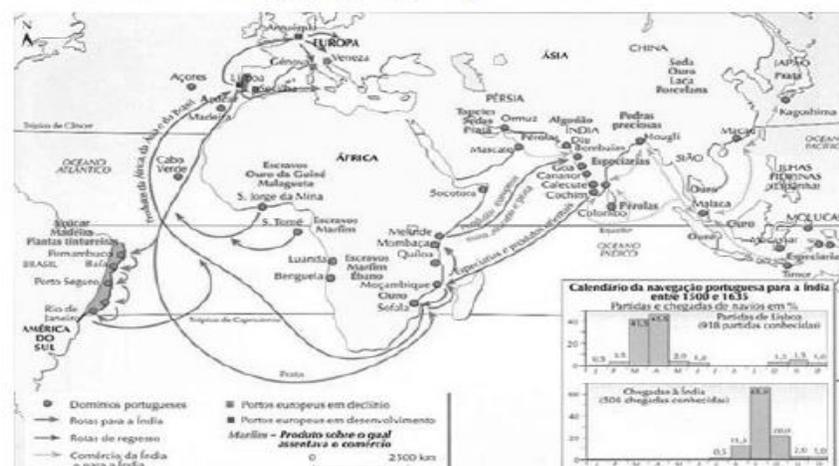
de práticas e de saberes, sendo que os navios portugueses, à medida que cruzavam as águas oceânicas, se tornavam dessa maneira verdadeiras caravelas de cultura (Furtado, 2015:9-10)

Mapeamento de itinerário de Fernão de Magalhães e de Pedro Fernandes Queirós (Diário Popular, dedicado ao Ultramar, 1951, ano 5, nº 3251, p.6)



A verdadeira navegação portuguesa se prevalece no Oriente com regularidade quando a Índia (nomeadamente a região de Goa) como ponto capital do “padroado do oriente”. Todas as regiões da Ásia ocupadas pelos portugueses foram submetidas ao poder administrativo do Vice-Rei da Índia Portuguesa sediado em Goa. E, nessa região que todo o processo de governação das “regiões portuguesas da Ásia” se desenvolve, pelo que todos os relatórios foram submetidos por todos quadros militares, comerciantes, administração e missionários a administração central de Goa.

Calendário da navegação portuguesa para a Índia entre 1500 e 1635<sup>3</sup>



3. In [http://alina-omeublogdehistoria.blogspot.com/2010\\_10\\_17\\_archive.html](http://alina-omeublogdehistoria.blogspot.com/2010_10_17_archive.html) (acesso a 6/6/2017).

Entre 1512 e 1513, a ilha de Timor é pela primeira vez cartografada por um português. Francisco Rodrigues numa das vinte e seis cartas do seu Livro *manuscrito* debuxou com especial cuidado essas ilhas outras também de especiarias que, estendendo-se das Flores as Molucas, navegando por Solor, Komba, Amboina; convocavam ainda um espaço insular incompletamente desenhado, uma espécie de limite, mas no qual se esclareceu cuidadosamente que aquela era designada de personificada como “a ilha de Timor onde nasce o sândalo” e “onde vê primeiro o sol nascendo”. E, pela essa identificação metafórica personificada, Luís Camões faz referência a Timor em Os Lusíadas:

Ali também Timor, que o lenho manda  
Sândalo salutífero e cheiroso:  
Olha a Sunda tam larga que ua danda  
Esconde para o sul dificultoso  
(Camões, canto X, 134. 1927, p. 484.).

Timor tomou-se rapidamente espaço de tratos comerciais importantes. Visitada primeiro por pequenos juncos, frequentemente por iniciativa particular, afastada do controlo da Coroa, para a ilha reivindicada, logo em 1514, o capitão de Malaca embarcações de grande dimensão, já que era necessário aproveitar as oportunidades comerciais, mas também atemorizar, pelo menos, ostentar um poder que procurava concorrer, mais do que se fixar, nos itinerários dos tráficos transregionais dessa “Índia Oriental”.

É necessário reconhecer que ainda no século XVI se aportou também os portugueses na costa norte australiana antes dos holandeses e ingleses.

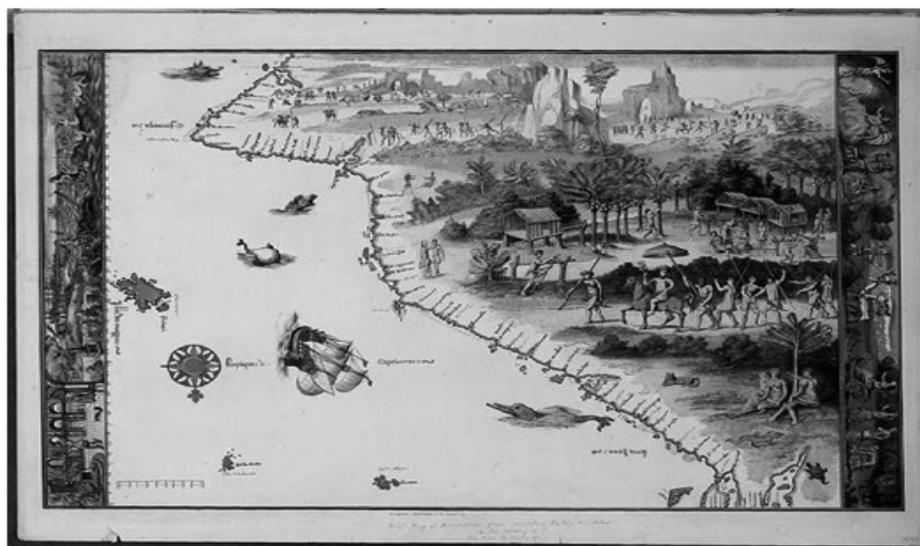
Entretanto sabe-se que a tripulação de Cook, de longe não foram os primeiros europeus a chegarem à Austrália. A ilha no século XVII já havia sido navegada e mapeada por holandeses, e antes disso, ainda no século XVI os portugueses já teriam estado no norte da Austrália e feito contato com os aborígenes. Mas o fato de ambas as nações não terem chegado a explorar essa imensa ilha não é bem claro ainda, mas provavelmente, os portugueses estavam mais interessados em administrar seu comércio de especiarias, nas Molucas, no Timor, Sumatra, Java, no sudeste asiático e China, do que explorar aquela ilha que se desconhecia o tamanho, e ao mesmo tempo, segundo consta os relatos da época, os portugueses não descobriram nenhuma especiaria que favorece a exploração da região. Quanto aos holandeses, estes chegaram em certos pontos da ilha, mas provavelmente avistaram os desertos, e isso os desencorajou a prosseguir na exploração daquele território, já que grande parte da Austrália é desértica e o clima é semi-árido. Segundo as teorias que defendem que os portugueses teriam descoberto a Austrália antes dos holandeses e obviamente dos ingleses, sustenta que entre 1520 e 1529, expedições marítimas partidas de Timor teria avistado a *ilha de Depuch* próximo a costa australiana, e que tal fato é corroborado devido que em alguns mapas feitos por Nicolas Deslier (1541), Jean Rotz (1543) e Nicolas Vaillart (1545) apresentam o contorno de uma ilha que os historiadores acreditam ser a costa norte da Austrália (Vilar, 2012; Brandstein, 1990)<sup>4</sup>.

---

4. VILAR, Leandro. 2012. Portugal e a Era dos Descobrimentos. In <http://seguindopassoshistoria.blogspot.com/2012/08/portugal-e-era-dos-descobrimentos.html> (acesso a 6/6/2017).

Esse trecho informativo é válido, pois, outros documentos que defendem a entrada dos portugueses na Austrália, especificamente na costa norte australiana, embora não explorou o território porque ficou lá apenas por poucos tempos. Provável que a descoberta da Costa Norte da Austrália pelos portugueses por via das ilha de Sunda Menor que no excerto do mapa de Emanuel Godinho de Eredia de 1962 reporta-se a “*Luca Antara* (ou “*Java Minor*”), pelo que esta designação refere-se a actual Austrália, embora tal seja discutível (Casquilho, 2016:121); ou provável que por passagem do mar de Timor, pois, no excerto do mapa de Emanuel Godinho observa-se que tal expedição seguia a rota de “viagem dos chinas”. Embora ainda é discutível entre os académicos agloxanicos e académicos lusófonos, pelo que todas ideias podem possibilitar a abertura para novos horizontes que apontam para o reconhecimento do tempo histórico de descobrimento numa dimensão na qual o “real facto” tem sido valorizado pela “validade histórica”. Só assim que pode desenvolver a criação e extinção simultânea de valores constatados no acontecimento histórico que foi feito pelo tempo num determinado espaço.

Carta do atlas do francês Nicholas Vallard (1547), um dos Mapas de Dieppe que alguns investigadores consideram representar a costa nordeste australiana<sup>5</sup>



No presente mapa observa-se que a gente da terra ficou surpreendida com o “estranho navio” que se dirigia a costa. O régulo deste reino foi acompanhado pelos seus homens com uma “marcha de vigilância”, embora não foi uma “alerta”. Foi um dos retratos que, de algum modo, posta em prova a costa norte da Austrália sob a descoberta dos portugueses na década de 1520. Contudo, a descoberta da costa australiana pelos portugueses ainda está numa dimensão de “política de sigilo” das instituições como a National Library, que apresentou a hipótese de que foram os portugueses os primeiros europeus a descobrir e explorar as costas da Austrália. Por tal possibilidade, The Camberra Times de 18 de Janeiro de 2014 publicou uma notícia em forma pergunta: “porque está a National Library a esconder os primeiros mapas das costas australianas – feitos pelos portugueses?”

5. Este mapa foi tirado em <http://nla.gov.au/nla.obj-231809408/view> (acesso a 6/6/2017).

É necessário salientar também que há um mapa neerlandês do século XVII que apresenta uma barreira de coral com o nome de *Abreolhos*. Esta palavra é uma derivação da expressão de língua portuguesa que significa “*abre-olhos*”, para referir as zonas perigosas (*vide* Casquilho, 2016:137; Trickett, 2007) que não podem ser atravessadas por qualquer navio. Portanto, não há dúvida de que afirma João Oliveira e Costa “foram os portugueses a chegar lá primeiro, ainda no reinado de D. Manuel I (1469-1521)” (apud Ribeiro, 2008).

Enquanto Timor, pelo facto, foi ocupado definitivamente pelos portugueses só por volta de 1515 – como já foi constatado – atraídos pelo mel, pela cera e, principalmente, pelo lucrativo comércio do sândalo, espécie de madeira existente em abundância na ilha.

Encontraram uma civilização rudimentar, sem escrita, com sua cultura transmitida oralmente.

Deste modo, os Portugueses, ao atingirem Timor no século XVI, depararam com uma civilização da Idade do Ferro, ainda sem escrita: os Timorenses permaneciam num estágio de evolução idêntico ao da Ásia do Sudeste antes da colonização indiana, em muitos aspectos comparável ao dos Celtas, que no último milénio antes de Cristo invadiram a Península Ibérica (Thomaz, 1975: 419).

Os timorenses tiveram e ainda hoje detém uma organização própria e bastante definida com pequenos estados bem constituídos, como dizia Afonso de Castro (ex-governador de Timor) em 1867:

O homem tinha abandonado os bosques, a vida errante e nómada, e havia-se fixado nas terras cultiváveis. A tribo tinha-se transformado em aldeia, e a aldeia havia estabelecido relações com outras aldeias vizinhas formando estado. Pequenos e miseráveis estados, mas com todos os elementos que constituem nação (Castro, 1867:17).

Pode dizer-se que, desta forma, a história de Timor pode ser conhecida de forma completa a partir das primeiras descrições modernas de Afonso de Castro, onde se relata da existência dos reinos constituídos por pequenas repúblicas, lamentando também o desprezo que Portugal deu ao Timor enquanto colónia quando comparado com o resto do império lusitano. Por isso que para melhorar os rendimentos da colónia, Afonso de Castro estabeleceu uma estratégia política de desenvolvimento do território, apoiando o aparecimento de numerosas plantações de café, a que se seguiram outras medidas de fomento da agricultura, artesanato e comércio, e uma reorganização administrativa que incluiu também a fundação de um colégio para os filhos dos *liurais*. Esta reforma incluiu a apresentação do primeiro orçamento formal do território, com a discriminação das suas receitas fiscais e despesas públicas e o cálculo da respectiva balança comercial externa. Deve-se também a Afonso de Castro a realização do primeiro estudo histórico sobre a província de Timor.

Nesse mesmo estudo histórico de Afonso de Castro que compreende a situação precária do desenvolvimento de Timor, pois, foi um território ignorado pelo Portugal como revela outro estudo onde considera o “, de forma circunstancial do espaço e o débil desenvolvimento administrativo e económico. É isso que a imagem de um “Timor moderno”

apresentado “perante o mundo como um paradigma do subdesenvolvimento, um exemplo de uma periferia atrasada e de dependência colonial onde formas de produção pré-coloniais e mesmo tributárias coexistiram com uma embrionária economia de plantação onde pareciam ser primordiais os motivos imperialistas não económicos” (Gunn, 1999:28). Sendo assim, em comparação com outras colónias africanas de Portugal, timor é pelo menos, um território de maior contacto colonial e eclesiástico, marcado pela aculturação mestiçada com um casamento barlaqueado.

## 2. Timor nas rotas de António Pigafetta

António Pigafetta, de origem italiano que fazia parte da grande viagem de Fernão Magalhães entre 1515 e 1522 e o primeiro europeu que fez impressionante registo sobre Timor (Matos, 1974). Foi nessa viagem que aportou em algumas costas de Timor em 25 de Janeiro de 1522 por passagem ou escala. De acordo com a prosa desse viajante italiano, aportava nos litorais de Timor e negociando os sândalos com “reis” (liurais) locais que começavam por presentear os forasteiros através de mulheres que subiam a bordo das embarcações mercantis. Seguindo Pigafetta, os contactos sexuais eram tão frequentes que doenças venéreas espalharam-se rápido por estes espaços insulares, sendo mesmo conhecidas por “mal português”. Seguindo a crónica do muito bom observador e aventureiro italiano: “*A doença de S. Job encontrava-se em todas as ilhas por onde passámos neste arquipélago, mas mais nesta terra [Timor] do que nas outras. Chama-se for franchi, o que quer dizer mal português*” (Pigafetta, 2007:118-193; apud Sousa (s/d)). Relatou ainda Pigafetta que, já aconteceu noutras circunstâncias e não em Timor, quando a fome começou a atingir a expedição: “Nós só comíamos velhos biscoitos transformados em poeira e cheios de vermes, fedendo urina de rato”.

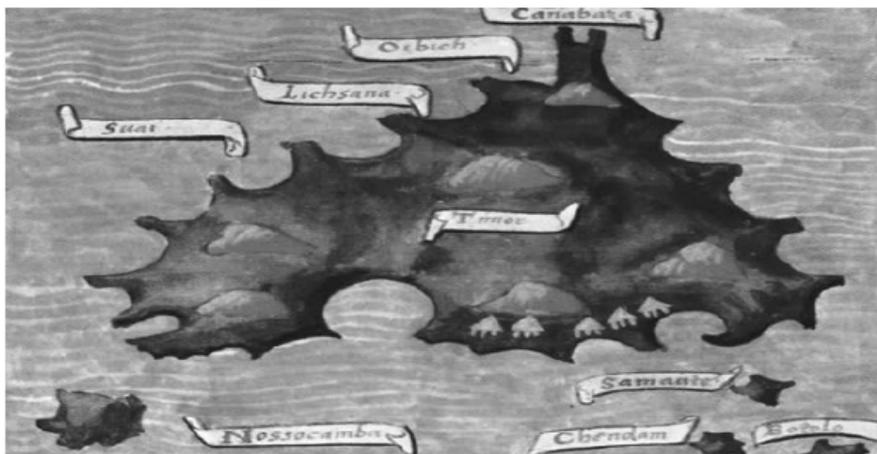
Há uma lenda histórica “fruto de imaginação dos timorenses” e provável também “invenção dos missionários”, e que se resume assim: “a âncora [de um estranho navio] continua presa no fundo do porço, de onde ninguém ainda a conseguiu arrancar por lá ter sido posta a mando de Deus, e os missionários desde esse tempo que são chamados de na’y lulik” (Sá, 1961:88-103; Pascoal, 1967:223). Artur Basílio de Sá explicou que esta lenda esta relacionada e confundida “com o desembarque dos homens da nau Vitória”, relatado por António Pigafetta,

Em 26 de Janeiro de 1522, tendo saído da ilha de Mallua, fizeram “cinco léguas para su-sudoeste, cehagámos a uma ilha muito grande, chamada Timor”, onde foi falar com o chefe para obter víveres. Como não conseguiam chegar a acordo por chefe indígena pretender muito em troca do pouco que oferecia, retiveram a bordo o chefe de uma outra aldeia que “tinha vindo a bordo de boa fé com o filho”, exigindo-lhe os géneros desejados em troca da liberdade. Satisfeito o pedido libertaram-no e “fizemos-lhe um presente de tela de um tecido indiano de sêda e algodão, de machados, de alfanges índios, de nossas facas e de espelho”, tudo em troca de 5 cabras, 2 porcos e 7 búfalos (apud Corrêa, 1944:13).

É portanto, esse contacto directo com o chefe de uma aldeia significa uma “aproximação diplomática” com a retenção do “chefe de aldeia e seu filho no bordo”, para que conseguirem abastecer na terra. Parece que essa “detenção não violenta” que acabou por

ser, contudo, do ponto de vista do estudo colonial, colocado como sendo uma “acção pacífica” dos nativos encararem suserania de Portugal e os portugueses, pela qual bem contada por historiador Luís Filipe Thomaz, que no século XVIII um régulo de Oé-Cussi a um governador que se lhe queria impor pela força: “lembre-se Vossa Senhoria de que esta terra não foi conquistada pelas armas, mas pela água e pelo sal [do mar que trouxe o estranho navio vindo de além-mar” (Thomaz, 1977:20).

Mapa de Timor feito pelo António Pigafetta<sup>6</sup>



António Pigafetta segundo Luís Cardoso (romancista timorense) no seu último romance “*O ano em que Pigafetta completou a circum-navegação*” (2012) referia um *ci-paio* baptizado com o nome sacristão Pigafetta. De facto, o nome escolhido pelo padre já foi conhecido num livro que narra a viagem de Fernão Magalhães em torno do globo terrestre, cujo autor chama-se António Pigafetta – um cronista italiano. A história é contada ao jovem pelo padre, crescendo o interesse do rapaz pela história, já que a mesma remonta a fundação do país<sup>7</sup>. Nesta perspectiva, Luís Cardoso lançou alguns questionamentos dentro de sua própria narrativa histórica-fictícia:

Quem é o António Pigafetta? De quem nunca tinha ouvido falar. Quem seria esse senhor, por que parecia estar orgulhoso quando mencionava o seu nome. – o cronista italiano. Aquele que narrou a primeira viagem de circum-navegação realizada por Fernão Magalhães. Do que disse o padre Albino, guardou na memória a passagem do navio *Vitória* pelas terras de Balibó. Quando tomaram como reféns o régulo e seu filho. Foi preciso a intervenção do cronista para que o comandante espanhol os libertasse. Em recompensa pelos seus préstimos, o liurai decidiu oferecer-lhe terras repletas de sândalo e acesso de minas de ouro. Aceitou ficar. Fundou um reino. Teve muitos descendentes. (Cardoso, 2012:147)

6. Este mapa foi tirado em [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Old\\_map\\_timor\\_by\\_pigafetta.JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Old_map_timor_by_pigafetta.JPG) (acesso a 6/6/2017).

7. Fornos, José Luís Giovanoni (s/d). *História e identidade do Timor-Leste através do romance O ano em que Pigafetta completou a circum-navegação, de Luís*. Disponível em Cardoso <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/x-sihl/media/comunicacao-32.pdf> (acesso a 6/6/2017)

Este trecho de Luís Cardoso trata-se de uma tentativa para determinar um ponto de vista sobre o que tenha vivido em Timor no século XVI tem encontrado diversos graus de relatos: relatos históricos, relatos de viagem (crónica de viagem), relatos etnográficos (crónica etnográfica). A primeira foi a que se seguiu à descoberta, em 1512 nas imediações nas costas litorais de Timor. É portanto, nada mais de um significativo processo de prosseguimentos das rotas marítimas com o plano central baseado no comércio e evangelização, embora o objectivo principal foi conhecer o novo mundo para além do atlântico e novas rotas de “trocas simbólicas de economias”. Era o tempo de “rotas de sedas” e de “rotas especiarias” (Ramos, 2004).

### **3. Nas rotas de William Dampier e Alfred Wallece**

No século XVIII, os grupos de viajantes anglo-saxónico – William Dampier, Alfred Wallace, Henry Forbes, Anna Forbes – fizeram uma curta passagem a Timor, com certas ideias de que Timor é uma ilha cheira de sândalo, que hoje distinta. Por esse sândalo, Dampier na sua crónica de viagem chegou a afirmar que “Aqui [em Timor] cresce o sândalo e muitos tipos de árvores. Os pinheiros são rectas e encorpados, mas não muito espessa” (1729 [2005:22]), elogiando ainda que a ilha de Timor foi constituída por setenta léguas de comprimento e catorze ou dezasseis de largura, não houve rios para a navegação e portos específicos, mas esta terra tinha belas praias (Dampier (1729 [2005:17]).

Timor-Leste é um país de cruzamento cultural, constituído pelas sucessivas migrações de povos austronésias, papua-polinésios, malaios, os europeus, chineses e até indianos. Assim, deve afirmar-se que as raças humanas encontradas no território do Estado-nação de Timor-Leste são resultados dessas mesmas migrações. Pela pertinência desta realidade encruzilhada cultural, William Dampier, após a sua chegada em Timor em 1699, comentou essa realidade, afirmando que naquela altura só havia quarenta ou cinquenta casas, uma igreja e três homens brancos, dois dos quais eram sacerdotes portugueses. Falou também da presença de mercadores chineses procedentes de Macau (Dampier 1729 [2005:20]).

Dampier na sua expedição encontrou vários problemas, nomeadamente de água e as doenças que os seus apanharam ao longo de viagem percorridas no alto mar. Por tal razão, aportou na ilha Hartog em *Shark Bay*, que ele chamou atenção de que viu grande número de tubarões nessa ilha, mas não encontrou água para beber, por isso, decidiu (depois de cinco semanas) dirigir-se a Timor enquanto seus homens estavam cansados e doentes. Depois de descansar em Timor, Dampier e sua tripulação navegou para o norte ao longo da costa da Nova Guiné antes de se dirigir para a Batávia. Infelizmente, o navio afundou no caminho para casa e, embora o Dampier e toda a sua equipa foram resgatados, muitos de seus papéis foram perdidos.

William Dampier, por seu turno, justificava que os habitantes da ilha de Timor eram índios – cuja característica assemelha-se aos povos da América do Norte e do Sul –, um povo com estrutura corporal média, recta, cabelos negros e lisos, a pele muito morena. Testemunhando também que foi muito difícil distinguir os timorenses aliados como sendo portugueses ou naturais da ilha e “*Their language is Portuguese; and the religion they have is Romish*” (Dampier 1729 [2005:24]).



Charles Darwin – Alfred Wallace (1869:193) que: “*The island of Timor is about three hundred miles long and sixty wide, and seems to form the termination of the great range of volcanic islands which begins with Sumatra more than two thousand miles to the west*”. Simultaneamente, fez algumas referências sobretudo à fauna de Timor.

Mapa de expedição de Alfred Wallace no arquipélago malaio, incluindo Timor<sup>10</sup>



Na segunda metade do século XIX, Wallace esteve algumas semanas no Timor Holandês (o actual Timor Indonésio) em 1859 e no Timor Português (o actual Timor-Leste) durante 4 meses em 1861:

I arrived at Delli, the capital of the Portuguese possessions in Timor, on January 12, 1861, and was kindly received by Captain Hart, an Englishman and an old resident, who trades in the produce of the country and cultivates coffee on an estate at the foot of the hills. With him I was introduced to Mr. Geach, a mining-engineer who had been for two years endeavoring to discover copper in sufficient quantities to be worth working (Wallace 1869:197).

Alfred Wallace na sua estadia em Timor Português encontrava uma mistura de espécies de aves intermediárias cerca de 36 espécies entre as de Java e Austrália: 11 estreitamente relacionadas com a Java e enquanto 13 são semelhantes com espécies encontradas na Austrália. Estas espécies cruzaram entre si e se evoluíram para o desenvolvimento de novas espécies endémicas da ilha. Os mamíferos terrestres eram muito poucos em número: as seis espécies eram endémicas ou relacionadas às de Java ou das Molucas, sem nenhuma da Austrália, então duvida que alguma vez tenha sido uma ponte terrestre para esse continente.

O naturalista britânico Alfred Russell Wallace no seu célebre livro *The Malay Archipelago*, de 1869, apresentou o arquipélago malaio num mapa em duas grandes divisórias (figura a seguir): o oeste foi habitado por raça “Malaia” e leste foi habitado por raça “Papua”: “*I had arrived at the conviction that the eastern and western halves of the Archipe-*

10. Este mapa foi tirado em [http://www.wikiwand.com/en/The\\_Malay\\_Archipelago](http://www.wikiwand.com/en/The_Malay_Archipelago) (acesso a 6/6/2017).

*lago belonged to distinct primary regions of the earth, I had been led to group the natives of the Archipelago under two radically distinct races (...) Malays and Papuas”* (Wallace, 1869:30), tendo estas distinguindo por estruturas corporais, comportamento e carácter moral. Justificando ainda que os grupos caracterizados como Papuas eram os mais activos em todas as actividades sociais, por isso que, eram povos ruidosos e extrovertidos; já que os Malaio, cujos povos tranquilos, indolentes e escondiam os seus sentimentos.

Esta divisão que se tornaria, durante décadas, a teoria antropogeográfica de referência nos debates sobre a etnologia de Timor (cf. Roquer, 2008). Wallace (1869:208) relatava que o povo de Timor não pertencia a raça “Malaia”, nem em aparência nem em comportamento. Foi assim que ele retratava as mulheres de Timor (as nonas de Kupang): “*The way in which the women talk to each other and to the men, their loud voices and laughter, and general character of self-assertion, would enable an experienced observer to decide, even without seeing them, that they were not Malays”* (Wallace 1869:194).

Alfred Wallace confessou que queria ir ao interior de Díli, mas não podia fazer nada devido ao seu problema de saúde e o problema de rebelião dos reinos contra a presença portuguesa. Ele residia, no entanto, numa área mais fértil, pelo menos de 2 quilómetros da cidade e passou duas semanas a viver na serra de *Baliba*<sup>11</sup>

Owing to ill-health, the wet season, and a rebellion of the native tribes, I was unable to extend my excursions far from the town of Delli. I resided, however, in one of the most fertile valleys, about two miles from the town, and spent two weeks on the mountains at an elevation of 2000 feet. I was accompanied on this excursion by Mr. Geach, a mining engineer, who has been engaged here for more than two years in search of minerals, during which time he has traversed the island in several places from sea to sea, and who is altogether better acquainted than any person living with the eastern half of Timor (Wallace 1869:198; 1861:347).

A serra de *Baliba*, segundo ele, era composta por três casas, apenas com muros baixos, telhados de palha com o capim inclinado para dentro de dois ou três metros do chão. Uma casa que ficou inacabada e parcialmente aberto na parte de trás foi dada para o uso da sua equipa, e nela montaram uma mesa, alguns bancos, e uma tela, enquanto uma porção interna aberta servia de dormitório. Advogava ainda Wallace (1869:199), foi dar uma vista de olhos deslumbrantes sobre Díli e o mar. A volta do país foi ondulante e aberto, excepto os buracos, onde havia algumas manchas de florestas, que o Sr. Geach, tinha registado tudo sobre a parte oriental de Timor, assegurou-se que foi a mais luxuriante que tinha visto na ilha.

#### **4. Malaca, Macaçar, Solor e Timor**

Após a conquista de Malaca pelos portugueses em 1511 sob o comando do Afonso Albuquerque, o caminho para as ilhas Molucas e outras regiões especiarias ficaram livres e acessíveis pacificamente na dominação do povo lusitano. Os reinos de Malaca, os sultanatos de Johor e Achém, ficaram amigos na partilha do espaço e das rotas marítimas;

---

11. Provavelmente, *Baliba* é o mesmo que *Balibar*.

e foi assim que portugueses e malaio usam o estreito de Malaca como “microcosmos” do Índico nos séculos XVI e XVII. E, foi nesses séculos que a região viveu sob signo de um “equilíbrio triangular”: o Achém, ligado a Oeste e aos guzerates que aí se refugiram após 1511, ao Império Otomano e á Rota do Levante; Johor, herdeiro do sultanato malaio de Malaca; e finalmente, a cidade de Malaca propriamente dita, dominada pelos portugueses, que tentaram manter inalterada a antiga supremacia do empório (cf. Pinto, 1997).

Presume-se que o Frei António deixou algumas descrições sobre o desenvolvimento de Malaca após de sua conquista e incluindo também a de Timor, dizendo que:

He de saber, que crescendo a cidade de Malaca, depois de conquistada pelos Portugueses em povoação, e moradores, entre as fazendas que mais requestadas acham n’ella, foi o sândalo branco de Timor. Porque se servem d’elle para infinitos usos todas as provincias do Oriente. E como os naturaes de Malaca fazião viagem a busca-lo, não tardarão os Portugueses em mandarem também suas embarcações ao mesmo (apud Sá, 1948:5).

Como já referiu mais vezes aqui e noutros trabalhos (Paulino, 2015), foi o sândalo que conduziu o primeiro contacto português na ilha de Timor. A soberania portuguesa sobre as ilhas de Solor e Timor, tal como noutras paragens, foi disputada com holandeses, espanhóis e ingleses durante alguns séculos.

Tendo em conta também a posterior da navegação marítima iniciada pelos holandeses que ficaram insatisfeitos com a União Ibérica criada em 1580. Resultado dessa insatisfação que levou os holandeses tomasse decisão de entrar na “expedição tardia” (pode classificar assim, pois de acordo com a sua própria acção de navegação em busca dos tesouros nas terras de outros povos) e começou a se expandir no Oriente, nomeadamente no arquipélago malaio e chegou a Timor em 1595. E, para manter viva a sua presença no arquipélago malaio começou a criar a *Companhia das Índias Orientais Holandesas* em 1602 que se tornou conhecido o nome VOC. Pouco depois de sua presença no Oriente começou a disputar os territórios ocupados pelos portugueses, nomeadamente diz respeito o monopólio de trocas mercadorias feito pelo Portugal nos mares da Índia, de Malaca, de Batávia e das ilhas Molucas, incluindo a parte oriental da ilha de Timor. Quanto a este último, os holandeses e os portugueses entraram de imediato em conflitos, e perduram durante séculos e que mais tarde se estabeleceu a divisão do território como única solução para por fim os conflitos. E, com a presença dos holandeses em Timor Oriental, Portugal decidiu estabelecer uma presença mais significativa na ilha, a que podemos chamar de pré-colonial, onde os portugueses realizavam a construção de fortificações, feita com a ajuda dos nativos, estabelecendo alianças com os régulos para que houvesse protecção mútua e a exploração do comércio.

Os portugueses que estabeleceram em Malaca na década de 1511 graças ao célebre conquistador Afonso de Albuquerque. Foi em Malaca que se iniciou o primeiro passo de misturarem o sangue lusitano com todas as gentes que entraram em contactos com portugueses no enquadramento legítimo “sacramento do casamento”, e foi nessa lógica conceptual que Afonso de Albuquerque incentivou os casamentos mistos, resultado desse que hoje ainda existe a comunidade de descendentes portugueses em Malaca, nomeadamente no *Kampung Portugis*.

Fortaleza de Malaca construída pelos portugueses após a conquista desta região em 1511 pelo Afonso Albuquerque (fonte: fotografia do autor)



Os portugueses não se limitaram na região de Malaca e noutras ilhas especiarias, portanto, a “coexistir” e “conviver” com os povos nativos. Estabelecendo um diálogo permanente no processo de criação do sistema administrativo de “carácter colonial”, de mercantil e de missionação. A lógica de tudo isto é a oferta e a assimilação da própria tripla orgânica interligada entre uma das outras: poder administrativo (governadores, administradores e outros chefes dos gabinetes governamentais), poder do comando militar e poder da Igreja católica. Ou seja, Portugal ofereceu-se a si próprio a todos os povos com quem contactou, dando-lhes os seus elementos constitutivos mais vitais: sangue, família, sociedade, nação. É este o “segredo” da acção portuguesa no mundo, que muitas pessoas não conhecem e as vezes até não querem conhecer a sua própria história de evolução da construção da identidade cultural e nacional.

Hoje a fortaleza de Malaca está ser rodeada pelos grandes edificios modernos (fonte: fotografia do autor)



Em 1515 é que a ilha de Timor foi visitada regularmente por “bordo de juncos de mercadores asiáticos de Malaca [e que] em 1517 parece estar já estabelecida a ligação regular de juncos portugueses entre Malaca e Timor” (Lobato, 1993:12) e posteriormente passou a ser ocupada. Citando ainda um documento existente na Torre do Tombo sem indicação da data do acontecimento, segundo a qual a ilha de Timor foi

Descoberta por um navio mercante portuguez, que, hindo para as ilhas Molucas, a fazer carga dos géneros que nellas há, hum certo vento contrario o chegou a costa Leste. Daqui avistou a ilha (...), levando-o a hum porto della a curiosidade de ver a Terra (apud Tavares, s/d).

Tal fato advém de uma carta enviada pelo navegador Rui de Brito Patalim ao rei D. Manuel I, o qual recebeu essa carta 6 de Janeiro de 1514 (McIntyre, 1977:69), onde Patalim falava de navios que tinham partido de Malaca para Timor e neste território quantidade de sândalo, mel, cera entre outras especiarias que ainda não estavam explorados. Pelo facto o rei de Portugal, D. Manuel I se interessou em explorar a ilha de Timor e aí autorizou a expedição de Patalim a Timor em 1515 e gradativamente as visitas foram se tornando regulares até que se fundaram uma colónia na região, especialmente na porção oriental.

Sabe-se que a expedição portuguesa às ilha de Solor e Timor trazia consigo muitos frades dominicanos para evangelizar os nativos, e que na opinião de Artur Basílio de Sá (1961:9):

no ano de 1961, provavelmente nos fins de Dezembro, nomeados pelo Bispo de Malaca, Fr. Jorge de Santa Luzia, partiram daquela cidade, a fundar as cristandades de Solor e Timor, três dominicanos: Fr. António da Cruz, Fr. Simão das Chagas e um irmão leigo, de nome Fr. Aleixo, tendo chegando todos ali em boa hora.

O que mostra a importância atribuída à ilha de Solor e Timor, cuja missão fora iniciada pelo frade dominicano frei António Taveira, como nome é referido mais vezes aqui na sequência das informações obtidas. Precisamente referir também a ilha dos Celebes, especificamente a região de Macáçar, pois ali também aportou os portugueses para fazer a carga de mercadorias antes de prosseguirem a navegação às ilhas de Solor e Timor.

Certo é que o Macáçar ou Macassar (em língua indonésia chama-se *Makasar*) é a capital da actual província de Celebes do Sul (Sulawesi Selatan) na Indonésia, e a maior cidade da ilha de Celebes que tem acolhido ou recebido as cargas de mercadorias de vários pontos da Indonésia; ou seja, centro de abastamentos e de transferências das cargas mercadorias provenientes de várias regiões, tanto as da Indonésia bem como das internacionais. De facto, pela sua posição estratégica territorial que Portugal na sua expedição usou-o como centro de abastamento e de transferências de cargas de mercadorias e canal marítima que liga as ilhas de Solor e de Timor. A possessão portuguesa ficou instalada em Macáçar desde 1512 até 1665, e por isso que após a chegada dos holandeses e ali mesmo foi constituído uma importante comunidade lusitana conhecida por designação “bandel”, que recebeu o nome de *Borrobos* (Carvalho, 2009). Por volta de 1660 foi líder dessa comunidade (que também tinha habitantes macaçaeres e de outras nacionalidades), o que hoje equivale a um bairro. Cerca de seis mil portugueses que viviam em *Barrobos* e, embora havia uma vontade de Francisco Vieira de Figueiredo retornar a sua cidade de Ourém e se contasse com o apoio da Corte, os Vice-Reis da Índia, não o permitiram fazer, para que defendesse arduamente os interesses da comunidade portuguesa existentes em Macáçar. Os holandeses, contudo, puseram-lhe a cabeça a prémio e finalmente exigiram

Paulino, Vicente. 2017. Timor nas rotas de trocas comerciais desde século XII até finais do século XIX. In Sarmento, Cristina Montalvão; Guimarães, Pandora & Moura, Sandra (coord editorial)., Confluência de culturas no mundo lusófono. Campinas – Brasil: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, pp.361-385.

dos governadores das Celebes a completa expulsão dos portugueses; estes migraram, então, para as vizinhas ilhas de Solor e Timor (Borges, 2003; Leitão, 1948; Lencastre, 1934; Morais, 1944).

Planta das ilhas de Solor e Timor e outras adjacentes, construída segundo as instruções do roteiro de Horsburgh<sup>12</sup>



Este presente mapa trata-se de uma planta que apresenta as ilhas de Solor e Timor, incluindo outras ilhas subjacentes construída de acordo com as instruções do “Roteiro de Horsbirg. O autor deste mapeamento da planta das ilhas referidas foi o Joaquim Pedro Celestino Soares (Capitão Tenente da Armada) e, de facto, foi feito ou tornar-se conhecido com a data de 1836. É precisamente conhecer que pelo facto a história de navegação marítima pelos portugueses nas rotas especiarias seguia-se o canal de Malaca em direcção ao Mar de Java Maior, dirigia-se a Macaçar e ali fez alguns abastecimentos dos produtos, seguindo a Timor por via das ilhas de Solor (Pimental, 1819). Essa ilha foi usada como posto de paragem entre as Molucas e Malaca, ainda inclui o Macáçar, ambos sob ao controle dos portugueses ali sediados.

Realça ainda que no mapa “plantas das ilhas de Solor e Timor” vê-se a designação de uma ilha com o nome “ilha do sândalo”, é conhecida actualmente como “Pulau Sumba” que fica entre a ilha de Flores, as ilhas de Solor e de Timor, incluindo a ilha de Savu (Pulau Savu) como se pode verificar no mapa a seguir.

O enraizamento da permanência dos portugueses inicia-se com o trabalho de missão feito pelo António Taveira (um franciscano) em 1556 na ilha de Solor. Foi nesta ilha que desenvolveu as grandes actividades missionárias, e ali que se expandiu para outras ilhas como das Flores, Savu, Adonara e Timor. Em 1646 os portugueses começaram a edificar em Cupão (Koepang, ou Kupang) uma fortaleza através da actuação dos missionários dominicanos, vários reis locais convertidos ao cristianismo e colocando-os na “linha frente” como defensores do poder português.

12. Este mapa foi tirado em <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/44470> (acesso a 6/6/2017) e pode consultar-se também em <http://purl.pt/1901> (acesso a 6/6/2017)



vindo de Portugal em 1702, deu-se início à organização colonial do território (integrando os *Liurais* na estrutura administrativa, de entre estas autoridades tradicionais também se passou a escolher os capitães-mores das duas grandes províncias localmente formadas e bem organizadas: Servisão e Belos), criando-se o Timor Português administrativamente. O Tratado de Lisboa, celebrado a 20 de Abril de 1859 entre os reinos de Portugal e dos Países Baixos (*Diário de Lisboa*, 22/9/1860) conduziu à demarcação das possessões portuguesas e neerlandesas em Timor e ilhas adjacentes. Pelos termos desse tratado, Portugal cedeu Larantuca, Sicca e Payas, na ilha das Flores, Wouré, na ilha de Adonara, e Pamung Kaju, na ilha de Solor. Em contrapartida, os Países Baixos cederam o reino de Maubara e renunciaram a Ambeno, na ilha de Timor, assim como renunciaram a Ataúro e pagaram uma compensação de 200 000 florins<sup>14</sup>.

### **5. Relação “divina triangular” entre Índia, Macau e Timor**

Os portugueses entraram no Oriente, não foram imbuídos pela luta de conquistas, mas pelas rotas marítimas que as suas caravelas descobriram, como adverte Artur Basílio de Sá (1951:67):

Não fomos ao Oriente levados por intuítos de conquista. A nossa entrada na Índia, em 1498, não se fez um caminho aberto a golpes de lança, mas por rotas que nossas caravelas descobriram, sulcando *mares nunca antes navegados*, sem destruírem iniciativas de ninguém, sem violares direitos de outrem, sem mesmo lhes ser preciso atravessarem-se nos desígnios de quem quer que fosse. O facto de retumbância mundial, na sua época, colocou frente a frente povos de tão diversas partes, não para se digladiarem, mas para se entenderem, do que beneficiou a humanidade inteira contemporânea.

Na Índia Portuguesa encontrava-se diversidades de castas e aparentemente de raça vivem quase 600 mil portugueses, que se não diferenciam, contudo, quando desperta o sentimento de nacionalidade. É por tal facto que havia muito almas nacionais naquela região tão portuguesa. É assim que os foram para Índia levados por duas ideias gerais: evangelizar a fé cristã, a lei da paz e do comércio. É por isso que “Goa, Macau e Timor, miradoiros públicos da nossa acção no Oriente, fundámo-los e conservámo-los graças, não à força do nosso braço, mas à brandura e excelência do nosso trato” (Sá,1951:68; cf. Rego, 1993). A Índia Portuguesa assumiu ainda como centro da navegação entre a metrópole, Macau e Timor; e do mesmo modo serviu de ligação entre estas colónias com Moçambique e Angola (cf. Barbosa, 1924).

Os portugueses só estabeleceriam uma administração directa em Timor no século XVIII após o declínio da carreira da Índia. Assim, a colonização era administrativamente estava sob a dependência da participação de mercadores autónomos e da actuação dos religiosos. Em 1558 foi fundada a diocese de Malaca, na península de mesmo nome, esse

---

14. Miguel Galvão Teles. Timor-Leste. In *Separa do II Suplemento do Dicionário Jurídico da Administração Pública* – <http://www.mlgs.pt/xms/files/Publicacoes/Artigos/446.pdf> (acesso a 16/6/2017).

braço português, no Índico, subsiste até o século XVIII. Desse posto diocesano, partem os missionários que irão evangelizar o Japão, Macau e Timor Oriental. No entanto, a conversão ao catolicismo em Timor deu-se, principalmente, entre a elite educada e, até 1975, segundo historiadores, apenas 30% dos timorenses eram católicos praticantes. As manifestações animistas continuavam coexistindo com a fé católica dos recém-convertidos (Smythe, 2004; Gunn, 1999). De outro modo, já em 1701 já se tinha estabelecido também um comércio dinâmico entre os habitantes portugueses do Timor e a colônia de Macau, que também estava sob o domínio de Portugal. Em 1851, depois de séculos de manobras políticas e militares, os holandeses tomaram os enclaves portugueses da região ocidental.

É preciso conhecer que na história da Índia Portuguesa aconteceu, uma vez ou mais vezes, fez-se reformas estruturais do poder administrativo colonial; como no caso das reformas de Mouzinho da Silveira que deixaram o título de Vice-rei, ficando a de Perfeito. Esta clivagem na condução da reforma aconteceu, portanto, entre miguelistas e liberais fez-se sentir até 1845, pelo que aconteceu durante a governação do Conselheiro José Ferreira Pestana, tendo este tentado desenvolver a agricultura. Pangim foi elevada a cidade, em 1843, e criadas, em 1851 a Escola Médico-Cirúrgica de Goa e a Companhia Comercial de Goa.

Em 1844 o governo português decreta a integração de Macau no seu sistema colonial. É o Decreto de 20 de Setembro de 1844 que retira Macau (até então numa situação de subordinação governativa) da dependência do Governo-geral do Estado da Índia, criando a Província de Macau, Solor e Timor e nomeando o primeiro Governador com *a mesma classe e categoria do Governador das Ilhas de S. Tomé e Príncipe*. O Senado perde importância para a figura do Governador. Em 1849 o governador Ferreira do Amaral foi assassinado e houve graves tumultos. Uma tentativa de bombardeamento da cidade foi repelida por um ataque notável conduzido pelo Tenente Nicolau de Mesquita, que tomou o Forte de Passaleão. Compreende-se também que até 1844 Timor foi uma dependência da Índia Portuguesa. A partir desse e até 1896 foi um distrito subordinado ao Governo de Macau, excepto no período de 1856 a 1863, em que volta novamente Timor a ser integrado na Índia Portuguesa. A partir de 1844 Macau e Timor foram desligados do governo da Índia; a partir de então e até 1894, Timor esteve sob a dependência administrativa de Macau, exceptuando-se o período compreendido entre 1865 e 1878 em que Macau se constituiu como um distrito autónomo.

Timor como um dos territórios que estava longe de Portugal, foi de facto abandonado pela mãe-pátria como dizia os legítimos governadores e militares de então. Em 1840 contavam-se apenas oito missionários que, apesar de tudo, tinham um papel muito importante no desvio do comércio com os holandeses a favor de Portugal. Arrastavam-se questões de fronteiras com a Holanda e para resolver estes problemas foi nomeado governador Lopes de Lima, mas a falta de dinheiro fez este exorbitar as suas funções e fazer um acordo com os holandeses sem conhecimento da metrópole, pelo qual lhes vendeu a ilha das Flores e o arquipélago de Solor, a razão pela qual Lopes de ficou preso, mas os territórios perderam-se para sempre.

A extinção das Ordens Religiosas em 1834 teve graves consequências no Ultramar, tendo todas as missões sido abandonadas à sua sorte e cuja acção junto das populações era insubstituível. Em Timor o grande Governador do período entre 1894 e 1908 veio a ser o

Tenente Coronel Celestino da Silva, que acabou por pacificar toda a ilha, guarneceu os pontos estratégicos de fortes e dedicou-se em seguida ao fomento, à melhoria das comunicações e a apoiar a acção das missões católicas. Pelo seu esforço e pela sua dedicada a manutenção do império português em Timor, dando-lhe o título de “Rei de Timor”.

Não se pode ignorar também que a Índia, Macau e Timor, para além de sua posição estratégica na região asiática daquela época, tiveram contribuído bastante na consolidação da económica e valorização do império da “Grande Nação Portuguesa” de então. Embora, dizia Artur Basílio de Sá (1951:66):

Estranhos há, e nacionais também, que dificilmente compreendem a essência da nossa política ultramarina. Para tais observadores, movidos por realidades materiais e práticas, as glórias do passado, as riquezas da tradição, as vozes do sentimento, o brio do prestígio nacional, todos estes laços de valores transcendentais não contam, e desenham do desvelo que a Nação mantém por essas populações que são carne da nossa carne, sangue do nosso sangue, alma da nossa alma. Mias do que terras coloniais que, desde sempre procurámos valorizar à custa de sacrifícios incriveis, por vezes, as nossa possessões ultramarinas são solo nacional que importa manter uno e inalienável, através de todos os reveses. (...) E assim, falaremos sobre Goa, como centro de irradiação cristã; sobre Macau, como asilo venturoso de paz; sobre Timor, como exemplo bem claro e actual, em abono da nossa política ultramarina.

Quanto ao Macau, de modo particular, encontra-se ainda hoje os vestígios históricos herdados pelos portugueses que lá passaram e ficaram até construíram as suas casas como último refúgio. Por isso que, Macau é com sendo um testemunho de apreço à presença portuguesa no Oriente, como dizia Artur Basílio de Sá em 1951:

Macau é um testemunho de apreço à nossa presença nas terras da grande nação chinesa, e este ainda mais honroso, visto que o nosso estabelecimento ali começou pela anuência de nossos mercadores ao convite das autoridades, gratas ao esforço dos portugueses no extermínio de inumeráveis embarcações, tripuladas por célebres quadrilhas de piratas, que arrebatavam haveres crianças às populações costeiras (Sá, 1951:69).

Macau de hoje está bem desenvolvido e as ruínas patrimoniais ficam na memória e bem preservadas como “reliquia portuguesa” no Macau contemporâneo. Como se vês no museu antigo de Macau encontra na placa uma frase que diz: “As ruínas de S. Paulo ao longo do tempo”. Esta frase procura representar a memória de uma história ou de um acontecimento que sucedeu no século XIX, e tal memória continua a ser preservada pela documentação da histografia de imagens, que liga o passado, presente e futuro da própria história da presença portuguesa em Macau.

Ruínas da Igreja de São Paulo em Macau (fonte: fotografia do autor)



Fotografia do passeio oferecido aos participantes na internacional conference – lusophone culture crossing in USJ 2011 em Macau (Fonte: Comissão Organizadora).



Os factos históricos mostram que os primeiros missionários foram instalados na Insulíndia, eram missionários jesuítas, pelo que estes tinham efectuado serviços de missão em Maluco a partir de 1546. Enquanto em Macaçar o serviço de missão e de evangelização da fé cristã se instalou ou se estabeleceu tardiamente, isto é, só começou em 1615 até 1682, e episodicamente, em outras ilhas em redor. Logo em 1559, treze anos apenas após a sua chegada ao arquipélago, os jesuítas de Maluco formaram o projecto de enviar a Solor ou a Timor uma “expedição missionária”, ou seja, “navegar por Cristo” nos mares que nunca antes navegados. O Frei António Taveira conseguiu converter o rei da ilha, que sem dúvida, era *liurai feto* de Mena (rainha de Mena) ao cristianismo, nomeadamente a fé católica romana, e já em 1556 já baptizou então cerca de umas cinco mil almas, (não se sabe exactamente a região em que aconteceu esse momento histórico acompanhado pelo cálculo imaginativo); para acelerar o processo de cristianização na ilha de Timor, o Frei António Taveira insistiu os seus superiores para que lhe mandassem

padres com única missão é “para fazer seu reino cristão”, mas por falta de pessoal, não foi possível atender ao seu pedido. É de recordar que foram os dominicanos que em 1554 iniciaram a construção de um convento em Malaca, foram eles que entraram primeiro em Timor e, por motivo desse que o brasão de Timor Português incluía ao lado das quinas o emblema da ordem de S. Domingos.

Os primórdios da conversão de Timor ao catolicismo são contemporâneos da cristianização das Filipinas, conquistadas pelos espanhóis entre 1565 e 1571. Há, contudo, uma diferença importante: as Filipinas converteram-se na sequência da conquista, que fazia do cristianismo a religião do poder e dos cristãos a classe dominante; em Timor a aristocracia converteu-se espontaneamente, cerca de um século antes de desembarcar em Timor o primeiro governador português. Só em 1702 que resultou já, pelo menos, dezassete régulos e mais alguns chefes militares com nome cristão e sobrenome português, o facto de que mostra alguns povos de Timor estavam incorporados na fé cristã e, de certo modo, portugalizados (*vide*: Castro, 1967; Matos, 1974).

Em fim, desde 1940, quando foi criada a diocese de Dili, ligada à diocese de Macau, o bispo e seus respectivos missionários católicos tiveram uma liderança e acção de missionação indiscutível na sociedade timorense. Os educandários católicos são os celeiros de formação dos jovens timorenses e de líderes religiosos e políticos, mais tarde, com a criação do seminário de Dare. Em 1975, com a Revolução dos Cravos em Portugal, a metrópole se desinteressa pela sorte da colónia, sem importância económica e estratégica, sob seu ponto de vista. Tem início, nesse mesmo ano, uma guerra civil, com partidos pró-independência e pró-integração à Indonésia, demarcando ideologicamente o conflito que se inscreve de maneira directa na luta anticolonial, segundo as duas posições antagónicas da Guerra-Fria: socialistas e capitalistas.

### **Epílogo**

Portugal só decidiu implementar uma colonização de facto em Timor por volta do século XVII, após as revoltas de certos reinos desse território. Temendo perder suas possessões principalmente para os holandeses, os portugueses decidiram avançar para o interior da ilha, a fim de marcar território definitivamente.

Os princípios enformadores que os portugueses usaram nas suas colónias até 1975, resumiam-se em seguintes pontos:

- Unidade na política para assegurar todo o desenvolvimento nacional tanto na metrópole bem como nas colónias;
- Estabelecendo o casamento misto como elemento orientador das relações entre os povos nativos e portugueses;
- Uso da língua portuguesa como factor unificador e cultural;
- Implementação de modelos de administração baseados nos usos e costumes dos nativos das colónias, o caso de Timor é tomado como exemplo da aplicabilidade desse modelo;
- Acção política de desenvolvimento é baseada no espírito de humanismo e de universalismo, embora na aplicabilidade encontra-se os trabalhos chicoteados ou trabalhos forçados com chicotes;

- Os portugueses e nativos das colónias são parceiros do desenvolvimento nacional assentado na mesma fé e no mesmo espírito de missão, para poderem entrar no “ciclo de rotas celestes”.

Todos estes princípios tiveram uma génese genuinamente portuguesa e começaram a ser aplicados e experimentados na administração das colónias. E que no contexto de “rotas de signos” o sentido de “pós-colonialismo e globalização” em torno da tendência das humanidades não pode ser ignorado (Costa, 2016), porque pela sua validade de sentidos reflecte-se continuamente aos aspectos históricos e culturais que, de algum modo, não podem negados por qualquer Estados-Membros.

## Referências

- BRANDSTEIN, Carl von. 1990. Os primeiros europeus a chegarem à costa Ocidental da Austrália. In *Boletim do Museu e Centros de Estudos Marítimos de Macau*. Macau, pp. 177-178.
- BORGES, Maria do Carmo Mira. 2003. Os portugueses e o sultanato de macaçar no século XVII. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- BARBOSA, Artur Tamagnini. 1924. Estado da Índia. In *Gazeta das Colónias*, ano 1, nº 1, pp.19-20
- CAMÕES, Luis de. 2010. Os Lusíadas. São Paulo: Abril (Clássico Abril Coleções).
- CARDOSO, Luis. 2012. O ano em que Pigafetta completou a circum-navegação. Lisboa: Sextante.
- CASTRO, Afonso de. 1867. As possessões portuguesas na Oceânia. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CASQUILHO, José Pinto. 2016. Signos portugueses no arquipélago de Solor e um relance sobre o enigma da(s) ilha(s) do ouro. In *XXVI encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa – Rotas de signos: mobilidade académica e globalização no espaço da CPLP e Macau*. Dili: pp.121-138
- COSTA, Maria Fernanda Gil. 2016. Rotas de signos: pós-colonialismo e globalização – uma tendência das humanidades que não pode ser ignorada. In *XXVI encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa – Rotas de signos: mobilidade académica e globalização no espaço da CPLP e Macau*. Dili: pp.139-147.
- CARVALHO, Rita Bernardes de. 2009. Bitter enemies or machiavellian friends? – exploring the Duch-Portuguese relationship in seventeenth-century Siam. In *Anais de História de Além-Mar*.
- CORRÊA, António A. Mendes. 1944. Timor Portugues: contribuições para o seu estudo antropológico. Lisboa: Imprensa Nacional.
- DAMPIER, William. 1729 [2005]. A Continuation of a Voyage to New Holland. London: James and John Knapton at the Crown in St. Paul’s Churchyard,
- FURTADO, Júnia Ferreira. 2015. Por mares nunca dantes navegados: rotas portuguesas de mercadorias, mercadores e saberes – Portugal, os novos mundos e a Europa. In *RILP - Revista Internacional de Língua Portuguesa*, nº 28/29, pp.9-12.
- FIGUEIREDO, Fernando Augusto. 2011. Timor: a presença portuguesa (1769-1945). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- GUNN, Geoffrey. 1999. Timor Lorosa’e 500 Anos. Macau: Livros do Oriente
- LEITÃO, Humberto. 1948. Os portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- LENCASTRE, Júlio Garcez de. 1934. Marcos da expansão do império: Solor, Alor e Timor. In *Separata do nº 104 do Boletim Geral das Colónias*.
- LOBATO, Manuel. 1992. Timor nos descobrimentos e na cartografia. In *Coral*, nº 2, Setembro de 1992., pp.10-14.
- MORAIS, A. Faria de. 1944. Sólór e Timor. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- MATOS, Artur Teodoro. 1974. Timor Português 1515-1769: contribuição para a sua história. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa do Instituto Histórico Infante Dom Henrique.
- McINTYRE, Kenneth Gordon. 1977. The secret discovery of Australia. Portuguese ventures 200 years before Captain Cook.
- OTERO, Edgardo. 2008. A Origem dos Nomes dos Países, Editora Panda Books.
- PASCOA, Ezequiel Enes. 1967. A alma de Timor vista na sua fantasia. Braga: Barbosa & Xavier.
- PAULINO, Vicente. 2015. Rotas de expansão marítima portuguesa e signo de um Timor sândalo com gente de culturas. In *RILP - Revista Internacional de Língua Portuguesa*, nº 28/29, pp.15-35.

Paulino, Vicente. 2017. Timor nas rotas de trocas comerciais desde século XII até finais do século XIX. In Sarmento, Cristina Montalvão; Guimarães, Pandora & Moura, Sandra (coord editorial)., Confluência de culturas no mundo lusófono. Campinas – Brasil: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, pp.361-385.

---

- PAULINO, Vicente. 2012. Representação identitária em Timor-Leste: culturas e os média. Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PERES, Damião. 1951. Expansão atlântica de Portugal. In *Diário Popular* (dedicado ao Ultramar), ano 5, n° 3251.
- PIMENTAL, Manoel. 1819. *Arte de navegar: roteiro das viagens*.
- PINTO, Paulo Jorge de Sousa. 1997. *Portugueses e malaios: Malaca e os sultanatos de Johor e Achém, 1575-1619*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- ROQUE, Ricardo (2008), “Histórias de crânios e o problema da classificação antropológica em Timor”, e-cadernos ces, 1, 13-36. Acedido em [data], <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos> (acesso a 6/6/2017).
- RAMOS, Fábio Pestana. 2004. *No tempo das especiarias*. São Paulo: Contexto.
- REGO, António da Silva. 1993. *História das missões do padroado português do Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente
- RIBEIRO, Susana Almeida. 2008. Os portugueses estiveram na Austrália; os ingleses descobriram-na. In *Publico*, edição de 8/5/2008.
- SÁ, Artur Basílio de. 1961. *Textos em teto da literatura oral timorense*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- SÁ, Artur Basílio de. 1951. Índia, Macau e Timor. In *Boletim Geral das Colónias*, ano 26, n° 310, pp.65-78.
- SÁ, Artur Basílio de. 1948. Preliminares da História de Timor. In *Boletim Geral das Colónias*, ano 14, n° 280, pp.3-25.
- SOUSA, Domingos. 2010. *História da Resistência Timorense*. Thesaurus: Brasília.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. 1994. *Portugal e o Mundo: Nos séculos XII a XVI*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- SOUSA, Ivo Carneiro de (s/d). Por bidao, em Timor-Leste, com o António pedrosa ou como uma certa história da expansão portuguesa se transforma em mito comunitário. In Lourenço, Luciano (coords), *Geografia, cultura e riscos: livro de homenagem ao Prof. Doutor António Pedrosa*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/39913/1/Por%20Bidao%20em%20Timor%20Leste%20com%20o%20Antonio.pdf> (acesso a 6/6/2017).
- SMYTHE, Patrick A. 2004. *The Heaviest Blow”- the Catholic Church and the East Timor Issue*. Münster: Lit Verlag.
- TRICKETT, P. 2007. *Beyond Capricorn. How Portuguese adventurers discovered and mapped Australia and New Zealand 250 years before Captain Cook East St. Adelaide: Publications Adelaide*.
- THOMAZ, Luis Filipe. 2002. *Babel Lorosa’e: o problema linguístico de Timor-Leste*. Lisboa: Cadernos Camões.
- THOMAZ, Luis Filipe. *Timor, autópsia de uma tragédia*. Lisboa: Edição do autor.
- TAVARES, Manuel Viegas. S/D. *Bua sei sarin malus dikin loron ida: a integração dos timorenses na sociedade portuguesa*. Lisboa: Instituto Piaget.
- VILAR, Leandro. 2012. Portugal e a Era dos Descobrimentos. In <http://seguidopassoshistoria.blogspot.com/2012/08/portugal-e-era-dos-descobrimentos.html> (acesso a 6/6/2017).
- WALLACE, Alfred Russel. 1869. *Malay Archipelago: The Land of the Orang-Utan and the Bird of Paradise – A Narrative of travel, with Studies of Man and Nature*. New York: Harper & Brothers publishers.